

---

**PERSPECTIVAS FEMINISTAS CONTEMPORÂNEAS NA OBRA “UMA VOZ DIFERENTE” DE CAROL GILLIGAN (1936-): RECONHECIMENTOS, CRÍTICAS E NECESSIDADE DE EXPANSÃO DA PROPOSTA GILLIGINIANA**

---

**Matheus Estevão Ferreira da Silva****Leonardo Lemos de Souza****Resumo**

Neste artigo, buscamos diálogos e problematizações, a partir de perspectivas feministas e críticas contemporâneas, com o trabalho da psicóloga estadunidense Carol Gilligan em torno do desenvolvimento moral, trabalho lançado em seu livro “Uma voz diferente” de 1982. O aporte teórico para esta análise são os estudos feministas contemporâneos, mais próximos do pós-estruturalistas e de perspectivas interseccionais. Gilligan teceu fortes críticas à teoria de Lawrence Kohlberg e a outras das principais teorias psicológicas do desenvolvimento de sua época, não só a um nível empírico como também epistemológico. Em âmbito global, seu trabalho foi igualmente aclamado como criticado por autoras(es) feministas, psicólogos(as) e filósofos(as) morais. Alguns dos problemas apontados ao trabalho de Gilligan, e esses em específico apontados pelo campo dos Estudos Feministas, são os de essencialismo identitário, de compactuar com binarismos e de buscar por um modelo de desenvolvimento generalizável. Reconhecemos a importância dessa autora e o vanguardismo de suas críticas e propostas, mas procuramos ressaltar a necessidade de se revisar algumas de suas proposições, que são questionadas pelas teorizações feministas pós-estruturalistas, assim como de se aprofundar e expandir em suas críticas à produção do conhecimento. Ao final, argumentamos que, embora Gilligan não seja uma autora pós-estruturalista, em seu pensamento atual, ela parece hoje estar mais próxima do pós-estruturalismo do que esteve em 1982, asseverando seu rompimento com o paradigma moderno de Ciência.

**Palavras Chave:** Carol Gilligan. Feminismo. Pós-Estruturalismo. Desenvolvimento moral. Gênero.

## **A POSTSTRUCTURALIST FEMINIST ANALYSIS OF MORAL DEVELOPMENT IN CAROL GILLIGAN'S A DIFFERENT VOICE (1936-)**

### **Abstract**

In this article, we seek dialogues and problematizations from feminist perspectives and contemporary critics, the work of the American psychologist Carol Gilligan on moral development, a work launched in her 1982 book "A different voice". contemporary feminist studies, closer to post-structuralist and intersectional perspectives. Gilligan made strong criticisms of Lawrence Kohlberg's theory and other major psychological theories of development of his time, not only on an empirical but an epistemological level as well. Globally, her work has been equally hailed as criticized by feminist authors(s), psychologists, and moral philosophers. Some of the problems pointed out in Gilligan's work, and those specifically pointed out by the field of Feminist Studies, are those of identity essentialism, of colluding with binarisms and of searching for a generalizable development model. We recognize the importance of this author and the vanguardism of her criticisms and proposals, but we seek to emphasize the need to revise some of her propositions, which are questioned by post-structuralist feminist theorizing, as well as to deepen and expand in her criticisms of the production of the knowledge. In the end, we argue that, although Gilligan is not a post-structuralist author, in her current thinking, she seems to be closer to post-structuralism today than she was in 1982, asserting her break with the modern paradigm of Science.

**Keywords:** Carol Gilligan. Feminism. Post-Structuralism. Moral development. Gender.

### **Introdução**

Neste ano de 2022, o livro da psicóloga estadunidense Carol Gilligan (1936-), *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*, publicado originalmente em 1982 e com sua primeira edição no Brasil no mesmo ano<sup>1</sup>, completa seus 40 anos. Quatro décadas se passaram e, como Susan Hekman (1995, p. 01, tradução nossa) ressaltou no final da década

---

<sup>1</sup> A Editora Vozes relançou este livro em 2021, após 39 anos de sua primeira e única publicação no Brasil pela Editora Rosa dos Tempos que não o relançou desde então, com um novo título que traduziram do original em inglês como: "Uma voz diferente: teoria psicológica e o desenvolvimento feminino".

de 1990, “as ramificações morais, epistemológicas e metodológicas de seu trabalho ainda estão sendo exploradas”. Hoje, no início da segunda década do século XXI, *Uma voz diferente* não se esgotou, continua sendo uma obra seminal nos vários sentidos em que as ideias nele contidas foram desenvolvidas e exploradas, logo, frequentemente retomado e redescoberto em diferentes áreas do conhecimento.

Porém, isso não o impede de ser interrogado diante das demandas contemporâneas no campo dos direitos e dos Estudos de Gênero e Feministas. Ao mesmo tempo em que são reconhecidos e aclamados por uns, esse livro e suas ideias são criticados e descartados por outros. Como também pontua Hekman (1995, p. 01, tradução nossa) sobre esse reconhecimento, “os críticos e defensores de Gilligan a elegeram, respectivamente, como a vilã ou salvadora do debate intelectual em andamento nos anos 1980 e 1990”. Por seus(suas) defensores(as), “o trabalho de Gilligan foi aclamado como prenúncio de uma nova teoria moral” e, por seus(suas) críticos(as), “[...] foi condenado como metodologicamente incorreto, teoricamente confuso e até antifeminista” (p. 01).

No âmbito da Psicologia do Desenvolvimento Moral, campo de estudos e conhecimento da Psicologia no qual partiremos em nossa análise, *Uma voz diferente* teve uma reverberação mais direta, uma vez que se trata do lugar em que Gilligan originalmente se encontrava e pelo qual suas ideias foram geradas. Ainda assim, é importante ressaltar que as ideias lançadas nesse livro se reverberaram para outras áreas do conhecimento, como Filosofia, Direito, Educação, Enfermagem, etc., assim como outros campos da própria Psicologia, como ressaltam Sharpe (1992) e Silva (2020; 2021; 2022).

Outro importante campo que também foi impactado pelo trabalho de Gilligan, e nesse caso um campo multidisciplinar, é o dos Estudos Feministas.

Em seu livro, Gilligan (1982) teceu fortes críticas à teoria moral do psicólogo estadunidense Lawrence Kohlberg (1927-1987) e a outras das principais teorias psicológicas do desenvolvimento de sua época. Parte dessas suas críticas se trataram de críticas feministas aos modos de produção do conhecimento científico e da Ciência psicológica. Em suas críticas, em suma, a autora acusou essas teorias de serem *androcêntricas* e *sexistas*<sup>2</sup>, ao mesmo tempo em que, centradas em um modelo racionalista de moralidade e extraído empiricamente somente da experiência masculina, que ela chamou de *Ética da Justiça*, subjugavam um outro tipo de moralidade, que chamou de *Ética do Cuidado*, mais representativo à perspectiva feminina de ver e responder a problemas morais.

Na pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Moral, pelo menos em âmbito nacional conforme constatamos em pesquisa anterior (SILVA, 2020; 2021), as ideias de Gilligan, embora referenciadas, são mais descartadas do que reconhecidas com alguma validade aos aportes teóricos desse campo<sup>3</sup>. Já no campo dos Estudos Feministas, a recepção de suas ideias dividiu-se, encontrando tanto apoio como resistência. Entretanto, como Hekman (1995) salienta, no caso das(os) autoras(es) feministas que resistiram, parte delas(es) nos fornece não o

---

<sup>2</sup> De acordo com Ribeiro e Pátaro (2015), o sexismo é a discriminação baseada nas diferenças entre os gêneros, nomeadamente de homens e mulheres, enquanto o androcentrismo, por sua vez, reside na base do sexismo, é um pensamento que “[...] consiste em considerar o homem como centro do universo, único apto a governar, a determinar leis e a estabelecer justiça” (p. 158) e que leva, portanto, ao sexismo e outras formas de discriminação.

<sup>3</sup> Essa referência à Gilligan, no entanto, é cercada de problemáticas, como o uso abusivo de fontes secundárias e recorrentes equívocos de interpretação (SILVA, 2020; 2021). Além disso, essa tendência em mais descartar do que reconhecer a validade de seu trabalho nos foi recebida com muita curiosidade, pois outro importante *insight* contido em seu livro é o movimento teórico de se considerar os vários aspectos envolvidos no desenvolvimento moral. Esse movimento representa o atual paradigma da Psicologia do Desenvolvimento Moral, que procura considerar a complexidade dos processos psicológicos. Porém, o trabalho seminal de Gilligan nesse sentido é pouco reconhecido e citado como tal, ocasionando em não referenciá-la como uma dos(as) vanguardistas desse atual movimento no campo.

descarte dessas suas ideias, mas sim a sua revisão e aprofundamento, principalmente de suas críticas à produção do conhecimento e ao modelo epistemológico de Ciência que a Psicologia do Desenvolvimento Moral se subsidia.

Partindo principalmente da corrente de pensamento feminista pós-estruturalista, elas(es) apontam alguns problemas ao trabalho de Gilligan, como os de essencialismo identitário, de compactuar com binarismos e de ainda buscar por um modelo de desenvolvimento racional e generalizável. Fazemos parte desse grupo de autoras(es), reconhecemos a importância de Gilligan e o vanguardismo de suas críticas e propostas, mas procuramos ressaltar a necessidade de se revisar algumas de suas proposições, então questionadas pelas demandas do debate feminista e de gênero nas ciências e no campo dos direitos das mulheres, de modo que torna-se necessário o aprofundamento e expansão de suas críticas à produção do conhecimento.

Dessa forma, neste artigo, temos como objetivo buscar diálogos e problematizações, a partir de perspectivas feministas e críticas contemporâneas, com o trabalho de Gilligan em torno do desenvolvimento moral, partindo-se de suas ideias contidas no livro *Uma voz diferente*.

### **Carol Gilligan e o desenvolvimento moral em “Uma voz diferente”**

Carol Gilligan é uma psicóloga estadunidense, hoje professora da Universidade de Nova Iorque (2002-atualmente) e professora aposentada Universidade de Harvard (1969-1997). O trabalho pelo qual Gilligan tornou-se mundialmente conhecida, com a publicação de seu livro supracitado em 1982, foi antecedido por sua atuação junto a Lawrence Kohlberg, colaborando como Pesquisadora Assistente nas pesquisas que ele desenvolveu durante a década de 1970 (KOHLBERG; GILLIGAN, 1971; GILLIGAN; KOHLBERG, 1978).

Kohlberg (1992) é o autor de uma das principais teorias psicológicas sobre o desenvolvimento moral, teoria que busca compreender como se dá o respeito às regras pelas pessoas e sua evolução ao longa da vida. Ela foi extraída de sua pesquisa de doutorado, defendida em 1958, e foi revisada e validada em estudos seguintes, inclusive em diferentes culturas, que desenvolveu até o ano de sua morte. A teoria kohlberguiana fundamenta-se no trabalho do epistemólogo suíço Jean Piaget (1896-1980) nos campos cognitivo e moral, ao mesmo tempo em que compartilha das raízes epistemológicas do autor suíço, sobretudo o paradigma racionalista da Filosofia Moral kantiana. Outra importante referência é a teoria da justiça do filósofo estadunidense John Rawls (1921-2002).

Em sua teoria, Kohlberg propõe um modelo de desenvolvimento universal, que todas as pessoas perpassam, e que se apresenta em *três níveis* (pré-convencional, convencional e pós-convencional) e *seis estágios*, sendo dois estágios correspondentes a cada nível. Esses estágios são respectivos à qualidade do raciocínio que as pessoas têm diante de problemas morais, sendo hierárquicos e ausentes de retrocessos. Kohlberg (1992) ressalta que esses raciocínios respectivos aos seus estágios são raciocínios de justiça, e os quais evoluem qualitativamente em direção a um ideal de justiça.

No período dessa colaboração com Kohlberg, em que Gilligan começou a atuar como docente em Harvard, ela trabalhou com dilemas morais reais<sup>4</sup> em suas próprias pesquisas. A princípio baseando-se na teoria de Kohlberg, em 1977 Gilligan publicou os primeiros resultados de suas pesquisas (GILLIGAN, 1977), em que ela utilizou de dilemas com o tema do aborto e os aplicou com

---

<sup>4</sup> Dilemas são situações difíceis, que podem ser hipotéticos, quando mais abstratos e difíceis de ocorrerem, ou reais, quando encontrados mais facilmente no cotidiano da vida real. As críticas de Gilligan, quanto à metodologia kohlberguiana, também se voltaram ao uso de dilemas hipotéticos em detrimento dos reais, pois, como ressalta Walker (1989, p. 158, tradução nossa), os hipotéticos “[...] por causa de sua natureza abstrata, tenderão a suscitar considerações sobre direitos, enquanto dilemas da vida real, por causa de sua natureza contextualizada, suscitarão considerações sobre responsabilidade”.

mulheres grávidas em clínicas de aborto. Gilligan (1977, p. 492) encontrou a progressão da moral pré-convencional à pós-convencional nas respostas das mulheres aos dilemas, porém, percebeu que o dilema do aborto revela “uma linguagem moral distinta cuja evolução informa a sequência do desenvolvimento das mulheres. Essa linguagem [...] define o problema moral como uma obrigação de exercer cuidado e evitar danos [e que] diferencia as mulheres dos homens”.

Essa constatação levou Gilligan a questionar os resultados dos estudos de Kohlberg (1992) que buscaram a validação de sua teoria, os quais indicavam que as mulheres atingiam somente até o estágio três, enquanto nos mesmos estudos os homens as transpassavam. Para Gilligan (1977), esses resultados dar-se-iam pela orientação moral diferente das mulheres ao responderem os dilemas morais, que não pelo modelo de justiça traçado por Kohlberg.

Em 1982, a autora publicou seu livro *Uma voz diferente* (GILLIGAN, 1982), *best-seller* nos Estados Unidos e no mundo. No livro, trata de três das pesquisas que realizou, a primeira sobre identidade e desenvolvimento moral, a segunda com mulheres grávidas sobre a decisão do aborto e a terceira sobre direitos e responsabilidades, cujos resultados reiteraram suas constatações anteriores (GILLIGAN, 1977) sobre o desenvolvimento moral das mulheres diferir dos homens. Gilligan utilizou o método de entrevista de Kohlberg, mas procedeu deixando-as mais abertas, possibilitando às mulheres expressar livremente seus pensamentos e experiências quanto aos dilemas que lhes eram apresentados.

Para ela (1982), as mulheres não tinham seu desenvolvimento representado pela teoria de Kohlberg e nem por outras teorias do desenvolvimento, como de Piaget, Sigmund Freud (1856-1939) e outros, e percebeu que elas compartilham da ideia de que as mulheres apresentam uma atrofia no seu desenvolvimento. São dois principais problemas nessas teorias que Gilligan constata: o

primeiro, de metodologia, com a elaboração dessas teorias baseada apenas na experiência masculina (androcentrismo), e o segundo problema, consequentemente de teoria, em que qualquer diferença que aparece entre as mulheres e os homens no modelo de desenvolvimento que traçam é “em geral considerada como significando um problema no desenvolvimento das mulheres” (sexismo) (GILLIGAN, 1982, p. 11).

Gilligan (1982) conclui que a teoria de Kohlberg não estaria adequada para avaliação das mulheres, pois, quando confrontadas a dilemas morais, seus raciocínios partem de uma estrutura que prioriza o cuidado e bem-estar do outro, a *Ética do Cuidado*, enquanto os homens partem de uma estrutura de justiça, que a teoria de Kohlberg estaria voltada.

Kohlberg (1982; 1992), ainda em vida, respondeu às críticas de Gilligan (1982) e, a partir disso, ambos protagonizaram um debate, ainda inacabado por parte dos(as) apoiadores(as) de cada lado, que tomou grandes proporções em torno dessa questão (SILVA, 2021). Porém, embora tenha reconhecido que a moralidade não se restringe ao campo da justiça, Kohlberg rejeitou até o fim a hipótese de haver um outro modelo de desenvolvimento moral.

É importante esclarecer que o objetivo de Gilligan (1982, p. 12) em *Uma voz diferente*, foi o de *contrastar* “dois modos de pensar e focalizar um problema de interpretação mais do que representar uma generalização sobre ambos os sexos”, isto é, de contestar a universalidade da teoria kohlberguiana que excluía as mulheres e de enfatizar uma outra forma de se responder a problemas morais (pelo cuidado). Quando escutou as vozes das mulheres, percebeu que elas expressavam uma forma diferente de a moralidade se basear que não pela justiça. E a *Ética do Cuidado* apareceu empiricamente vinculada às mulheres.

Como esclarece Zirbel (2016, p. 43), Gilligan usou a *estratégia do contraste* em seu livro: “o contraste é, pois, estratégico e não representa uma verdade generalizada sobre os sexos. Para demonstrar a existência de falhas nas teorias sobre o desenvolvimento moral [...], o contraste permitiria deixar claro que se tratava de algo distinto do que era apresentado pelas teorias”.

Ao contrário do que equivocadamente muitos trabalhos da literatura apontam, conforme ressaltam Silva (2022) e Silva, Miguel e Bataglia (2022), não é a intenção de Gilligan (1982) propor em seu livro de 1982 uma teoria moral e um modelo de desenvolvimento subjacente<sup>5</sup>. Todavia, admite-se que o livro é seminal também nesse sentido e que fornece as bases para essa teoria e modelo, então retomados e consolidados em pesquisa por suas(seus) continuadoras(es) pouco depois. Sem abandonar a perspectiva estruturalista de Kohlberg, desde seu livro Gilligan (1982) deixou anunciado níveis de desenvolvimento moral do cuidado.

Esse modelo de desenvolvimento moral alternativo proposto por Gilligan, que se aplicaria melhor à perspectiva feminina, divide-se em *três níveis* (o primeiro, *sobrevivência individual*, o segundo, *bondade como auto-sacrifício* e, o terceiro, *responsabilidade pelas consequências da escolha*) e *cinco estágios* respectivos, sendo dois estágios transicionais. Um conflito entre o Eu (*self*) e os Outros é resolvido para a transição em cada nível, um conflito entre a responsabilidade consigo mesmo e a responsabilidade com os outros. A definição mais recente dos níveis e estágios do modelo gilliginiano foi proporcionada com a elaboração da *Ethics of Care Interview* (ECI) pela norueguesa Eva Skoe (1993).

---

<sup>5</sup> Como a própria Gilligan (2015, p. 19, tradução nossa, grifos da autora) pontua: “[...] quando ouço *In a different voice* descrito como um livro sobre o desenvolvimento moral de meninas ou sobre o desenvolvimento moral de crianças, aprecio a ressonância que as pessoas encontram em meu trabalho com meninas e em minhas observações sobre crianças, mas não é sobre isso que o livro trata”. Contudo, sendo esse entendimento ambíguo por seus(as) leitores(as), ambiguidade que a própria Gilligan reconheceu posteriormente, a leitura mais correta é a de que seu livro *fornece as bases* para uma teoria moral do cuidado, embora não tenha sido a intenção original da autora propô-la.

Após *Uma voz diferente*, as pesquisas de Gilligan se voltaram para a avaliação do constructo de *orientação moral*, constructo que ela mesma deu origem ao constatar que a moralidade poderia se orientar tanto pela justiça como pelo cuidado, e não para a avaliação dos níveis e estágios da Ética do Cuidado que ela esboçou em seu livro. E, como também ressalta Hekman (1995), ao mesmo tempo em que se distanciou gradativamente de algumas das discussões iniciadas em seu livro, em publicações seguintes Gilligan revisou alguns de seus posicionamentos lançados em *Uma voz diferente*.

A seguir, visitaremos a recepção das ideias contidas em “Uma voz diferente” no que tange às implicações desse trabalho inicial de Gilligan em dois dos campos em que suas ideias se reverberaram, a Psicologia do Desenvolvimento Moral e os Estudos Feministas.

#### **Contribuições e reconhecimentos das ideias de Gilligan em “Uma voz diferente”**

Como salienta Fleming (2006, p. 16, tradução nossa), o trabalho de Gilligan vai além de “críticas a preconceitos sexistas”, pois “ela desenvolveu ideias teóricas próprias, principalmente quanto a mulheres e homens diferirem em suas concepções de moralidade”. Após a publicação de seu livro supracitado, Gilligan continuou a defender suas ideias, porém, com o tempo, afastou-se aos poucos do debate acalorado que iniciou com Kohlberg, bem como de algumas das discussões acendidas em seu livro (SILVA; MIGUEL; BATAGLIA, 2021; SILVA; 2022).

Ainda assim, diversas publicações suas subsequentes (GILLIGAN, 1986; 2014; 2015; GILLIGAN; ATTANUCCI, 1988) puderam dar continuidade às suas ideias, retomando e aprofundando-as, muitas vezes fazendo isso indiretamente, mas sempre coerente com seu projeto inicial, como demonstra Hekman (1995) em análise detalhada dessas publicações. E continuadas não só por Gilli-

gan, mas também, e principalmente, por suas(seus) colaboradoras(es) e outras(es) pesquisadoras(es) que, no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento Moral, viram na Ética do Cuidado uma possibilidade atraente para o estudo da moralidade, e, no âmbito dos Estudos Feministas, para a denúncia de desigualdades de gênero e para a crítica epistemológica feminista à produção do conhecimento.

Desdobrada dessa continuidade, a teoria do cuidado, ou teoria da Ética do Cuidado, foi erigida por Gilligan e autoras(es) como a citada Skoe (1993) e as filósofas estadunidenses Joan Tronto, Nel Noddings, Virginia Held, entre outras(os), ainda que algumas dessas(es) autoras(es) tenham dado à Ética do Cuidado novas roupagens, diferentes da proposta original gilliginiana.

No que se refere ao campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral, Gilligan é creditada por considerar a complexidade envolvida no desenvolvimento moral, que inclui outras variáveis envolvidas nesse processo além do aspecto cognitivo privilegiado pelos referenciais clássicos, variáveis outras como o papel da afetividade. Enquanto nas teorias de Piaget e Kohlberg, razão e emoção são concebidas como separadas e opostas, valorizando a primeira em detrimento da segunda, o que provém de sua herança kantiana, Gilligan (1982) fez a dimensão afetiva evidente no desenvolvimento moral, desvelando a insuficiência dessa visão reducionista e fragmentada da moralidade.

Gilligan (1982) também inova ao eleger o Eu (*self*) como objeto da moral, uma vez que a moral estaria além de deveres, obrigações e regras, e agregaria aspectos do Eu nas ações e nos juízos. A autora estabelece “uma relação entre o Eu e o desenvolvimento moral, sendo a Ética da Justiça relacionada a um Eu separado e autônomo e a Ética do Cuidado relacionada a um Eu interconectado e interdependente” (FRANZI; ARAÚJO, 2013, p. 57-58).

A partir do trabalho de Gilligan, diversas teorias surgiram com proposições próprias visando sanar as limitações de suas predecessoras, e que poderiam se dizer *pós-kohlberguianas*. Nesse sentido, Braunstein (2012, p. 83) reconhece que “Gilligan constrói de forma pioneira, um caminho e que seria trilhado por muitos outros posteriormente”. Assim, várias das teorias pós-kohlberguianas que procuraram contemplar uma visão mais ampla da moralidade tiveram como referência a crítica e o trabalho pioneiro de Gilligan (1982).

Outra contribuição de Gilligan reconhecida nesse campo é referente à inclusão de outras virtudes, para além da justiça, como centrais ao desenvolvimento moral, especificamente a virtude do cuidado. Essa contribuição, depois de alguns anos de debate com Gilligan e apoiadores(as) de cada lado do debate (SILVA, 2021), foi reconhecida pelo próprio Kohlberg: “a ênfase na virtude da justiça em meu trabalho não reflete totalmente tudo o que é reconhecido como parte do domínio moral. [...] o princípio do altruísmo, cuidado ou amor responsável não tem sido adequadamente representado em nosso trabalho” (KOHLEBERG, 1984, p. 227, tradução nossa). A partir disso, endossou-se a demanda para o estudo de virtudes como a generosidade, fidelidade, gratidão e o próprio cuidado, embora La Taille (2006) ressalte que no Brasil o estudo dessas outras virtudes não tem inspirado as pesquisas psicológicas sobre moralidade.

Também como contribuição ao campo, e nesse caso à própria Psicologia, Gilligan inseriu-se em uma literatura, como também tornou-se referência nela, que denuncia a resistência da Psicologia para “um inevitável compromisso ético-político que [... historicamente] sempre se recusou a fazer” (OLIVEIRA, 2017, p. 9). Essa literatura iminentemente feminista e que Gilligan faz parte, denuncia que a Psicologia, construída a partir de referenciais e metodologias positivistas e experimentalistas, por muito tempo recusou a assunção de qualquer

compromisso político, tal como o feminista, o que permitiu a geração de interpretações androcêntricas e sexistas sobre o desenvolvimento humano, como ocorre nas teorias morais de Piaget e Kohlberg. A partir de Gilligan e outras autoras dessa literatura, provocaram-se revisões e deslocamentos aos modos de se conceber e fazer a ciência psicológica (LEMOS DE SOUZA, 2017), o que leva ao segundo campo de estudos que muito se beneficiou das contribuições da autora.

Assim, cabe agora abordar as implicações de seu trabalho em relação ao campo do Estudos Feministas.

Como ressalta Brabo (2015, p. 111), surgido desde o final do século XIX, mas autoproclamado no início do século XX, o Feminismo é tanto “[...] um movimento social, com uma ideologia de libertação das mulheres, quanto uma teoria crítica do sexismo (discriminação de sexo baseada na ideologia da inferioridade da mulher), da visão androcêntrica de mundo e da dominação masculina”. O livro de Gilligan é, portanto, recebido pela academia universitária no início da década de 1980, período histórico em que as teorizações decorrentes desse Movimento institucionalizavam-se nas Universidades, primeiro nos Estados Unidos e depois a nível global, com a constituição formal de um campo de conhecimento multidisciplinar autointitulado *Feminist Studies*, os Estudos Feministas.

Lemos de Souza (2017, p. 22) ressalta que a crítica feminista vem sinalizando diversos equívocos no modo de condução das pesquisas que implicam também o questionamento de seus fundamentos, e “dentre elas, destacam-se duas críticas: a) a da condução dos resultados em função das hipóteses formuladas previamente pelos cientistas; b) as teorias científicas serviam a determinadas posições androcêntricas ou estruturas de poder”.

As críticas de Gilligan (1982) em *Uma voz diferente* envolvem essas duas críticas da literatura feminista sinalizadas pelo autor (2017). Na primeira crítica, a) ao empregar, de maneira inovadora, o uso das narrativas de mulheres sobre a decisão em fazer ou não aborto, Gilligan não as incita a raciocinarem pela Ética de Justiça e deixa suas respostas aparecerem livremente, sob o entendimento de que “[...] precisamos alterar nossa estrutura interpretativa para ouvir suas histórias como histórias morais” (HEKMAN, 1995, p. 07, tradução nossa). Na segunda crítica, b) constatando a presença nula, ou quase nula, das mulheres nas amostras que as teorias psicológicas tiveram sua elaboração baseada, salienta que elas não podem representar as mulheres, pois não contemplam suas experiências, sendo o resultado de que as mulheres apresentam um desenvolvimento deficitário um reflexo disso e da tendência de, ao se perceber diferenças entre homens e mulheres, de atribuir essa diferença como um problema de desenvolvimento das mulheres, então as desviantes.

Zirbel (2016, p. 64) chama atenção a outros aspectos de seu trabalho reconhecidos na literatura feminista, ao ressaltar que Gilligan fez:

[...] contribuições importantes para a Ética e para as discussões feministas. Seus trabalhos direcionaram a atenção para aspectos da vida humana que possuem inegável valor e que foram negligenciados ou desqualificados pelas principais correntes teóricas (a vulnerabilidade e a natureza dependente e relacional dos seres humanos, a característica não voluntária de muitas relações de cuidado etc.).

É imperativo salientar que, com tais reconhecimentos, Gilligan não só ficou conhecida no campo dos Estudos Feministas nesse período como também ditou os seus rumos (BENHABIB, 1987). Apesar de não haver consenso na literatura, Brabo (2015) e Nogueira (2017) ressaltam que, para sua apreensão histórica, o Feminismo pode ser dividido temporalmente em *Ondas* sucessivas: a *Primeira Onda*, situada no final do século XIX até os anos de 1960; a *Segunda Onda*, até

meados dos anos de 1980; e a *Terceira Onda*, a partir da década de 1990, onda que se encontra atualmente em curso e, por vezes, referenciada como *pós-feminismo*.

Assim, recebido no período de Segunda Onda do Feminismo, em finais da década de 1970 e início da década de 1980, nos Estados Unidos, o trabalho de Gilligan teve fortes implicações em relação ao pensamento feminista de sua época, em um momento autocrítico no qual o Movimento Feminista revisava, do ponto de vista teórico, suas pautas quanto às questões de gênero. Tais implicações foram tamanhas a ponto de ajudar na emersão de uma corrente intelectual feminista, o chamado *Feminismo da Diferença*.

Se antes o Feminismo reivindicava o *direito à igualdade*, a partir daquele momento autocrítico, algumas feministas passaram a reivindicar o *direito à diferença*, dando origem ao Feminismo da Diferença que personifica essa revisão, o qual “[...] defende a existência de diferenças entre homens e mulheres, mas assume que as características feministas são de valor (inclusive valor societal) superior” (NOGUEIRA, 2017, p. 34). Nesse sentido, uma das bases teóricas para emersão dessa vertente, senão a principal, foi o trabalho de Gilligan, surgido oportunamente naquele contexto. Essa emersão se dá junto a trabalhos de outras autoras feministas, como a socióloga e psicanalista estadunidense Nancy Chodorow (1944-), que é uma das referências de Gilligan em *Uma voz diferente*.

De forma simplificada, poderíamos dizer que [o Feminismo da Diferença] enfatiza as diferenças psicológicas entre homens e mulheres, tomando cada grupo como homogêneo internamente e valorizando os aspectos da personalidade das mulheres relacionados à maternidade. [...] No âmbito do ‘feminismo da diferença’, entretanto, o que prevalece é a polaridade homem-mulher, uma premissa apoiada num segundo pressuposto: a universalidade dessas categorias (homem, mulher, a oposição binária entre eles) (CARVALHO, 1999, p. 20).

Apesar desses reconhecimentos, e de *Uma voz diferente* ser considerado unanimemente um livro seminal para muitas dessas ideias que despertou, diversas críticas também foram tecidas à Gilligan e seu trabalho de pesquisa. Dessas várias críticas, debruçar-nos-emos a seguir naquelas provindas desses dois campos mais beneficiados pelo seu trabalho.

### **Críticas às ideias em “Uma voz diferente” e posicionamentos seguintes de Gilligan**

No âmbito dos Estudos Feministas, talvez a principal crítica ao trabalho de Gilligan se refira ao *essencialismo identitário* que suas ideias sugerem: de que existe uma essência masculina e feminina, ou seja, de um modo primário, natural, universal ou imutável de ser homem e ser mulher.

Acerca disso, Zirbel (2016, p. 59) ressalta que “ainda que tenha feito uso do contraste entre as duas vozes como estratégia e tenha deixado claro que a voz diferente não resultava de um determinismo biológico, a explicação gilligiana [...] deu margem a outro tipo de determinismo: o psicológico”. Para explicar por que homens e mulheres apresentam um caminho diferente no desenvolvimento moral, o porquê da associação das duas orientações morais com o gênero, Gilligan (1982) subsidiou-se na releitura de Chodorow (1991) da Psicanálise freudiana.

Zirbel (2016) elenca quatro problemas interligados provenientes desse essencialismo sugerido em suas ideias: 1) a *ausência de pluralidade* na descrição das experiências humanas, visto que não pontou a multiplicidade das experiências e formas de ser tanto de homens quanto de mulheres; 2) o *binarismo* resultante desta ausência de pluralidade; 3) a *uniformização* dos processos de desenvolvimento moral, que permite a associação das mulheres à moralidade do cuidado e dos homens à moralidade da justiça; e 4) o *reforço de estereótipos* que sustentam o sistema sexo/gênero, pois deu margem à interpretação de que há papéis

sociais que são próprios de homens e mulheres. Isso, portanto, levou-a ao determinismo psíquico da Psicanálise, que toma o lugar de aspectos culturais também envolvidos na formação da identidade de gênero, e ao binarismo de gênero, gerando generalizações sobre os gêneros e reforçando estereótipos consequentemente.

Nesse sentido, sendo o trabalho de Gilligan subsidiário do pensamento do Feminismo da Diferença, que nas palavras de Amâncio (2001, p. 14) promove “um discurso de exaltação da diferença”, essa corrente intelectual foi rechaçada pelas demais vertentes teóricas feministas, principalmente pelas mais atuais que estão fundamentadas no pós-estruturalismo e aliadas a perspectivas interseccionais (NOGUEIRA, 2017). Devido a sua assunção de um conhecimento universal e generalizável ao grupo “mulher” e, portanto, que é essencialista, essas outras vertentes entendem o Feminismo da Diferença como mais prejudicial do que emancipatório às mulheres.

Apesar de no contexto de Gilligan, o debate da essencialidade sobre cisgeneridade (BAGAGLI, 2015) ainda não estar presente, cabe ampliar o debate do “grupo mulheres” para perspectivas da transgeneridade. As perspectivas feministas historicamente são dominadas por uma leitura cisgênera, na qual o sexo biológico é a base material para definir o grupo mulheres e cujas leituras flertam com os essencialismos sobre o feminino, mesmo as que se aliam a leituras culturalistas. Do mesmo modo, os feminismos negros, que naquele momento já estavam bem desenvolvidos no contexto norte-americano (DAVIS, 1981/2016; CRENSHAW, 1981/1989), são negligenciados quando se insere cor e classe enquanto abordagem sobre os processos de opressão sobre determinados grupos de mulheres na sociedade, resultando em singularidades nos modos de existir e de estar na sociedade, inclusive do âmbito das expressões éticas.

Outra importante crítica compartilhada nesse campo (HEKMAN, 1995; MONTENEGRO, 2003; ZIRBEL, 2016), e que se estende ao campo da Psicologia do Desenvolvimento Moral (CAMPBELL; CHRISTOPHER, 1996; ARANTES, 2000; LEMOS DE SOUZA; VASCONCELOS, 2009), é a de que Gilligan (1982) *não rompe totalmente com as concepções kantianas*, nem com alguns dos princípios do modernismo (o *racionalismo, estruturalismo e universalismo*), que fundamentam a teoria moral moderna. Campbell e Christopher (1996) estudaram as limitações do paradigma kantiano para basear o desenvolvimento moral, paradigma que é fundamentação comum às teorias morais de Piaget e Kohlberg. Sua análise subsidiou as discussões de Arantes (2000), Montenegro (2003) e Lemos de Souza e Vasconcelos (2009) que também apontam limitações desse referencial.

Esses autores (1996) criticam tanto o uso da razão como único regulador moral e a unicidade da moralidade como justiça, que também é uma crítica de Gilligan às teorias de Piaget e Kohlberg, como apontam para a necessidade de se romper com polarização do campo da moralidade entre a justiça e cuidado, que foi difundida a partir de Gilligan.

Enquanto Piaget (1932/1994) reconhece a justiça como a mais racional de todas as virtudes, e que por isso foi sobre ela que seu trabalho de pesquisa sobre o desenvolvimento moral se voltou, Kohlberg (1992) reconhece que “é a justiça que fornece os subsídios necessários para a fundamentação racional da escolha em dilemas morais” (MONTENEGRO, 2003, p. 499). A moralidade de justiça que Kohlberg (1992) ressalta que seus estágios se referem, assim como a direção do desenvolvimento a um ideal de justiça, são, portanto, racionalistas, reforçando a oposição kantiana entre razão e subjetividade, que superestima a razão e menospreza a dimensão afetiva, e postulando que quanto mais desenvolvido o sujeito é, menos ele está voltado a objetivos particularistas.

No entanto, para Campbell e Christopher (1996), marcada por essa separação entre moralidade e interesse particular, a concepção de moralidade fica restrita e é excludente a uma diversidade de outras variáveis envolvidas, como já mencionado anteriormente sobre isso ter sido chamado atenção no trabalho de Gilligan (1982), no que tange à complexidade.

Como ressaltam Lemos de Souza e Vasconcelos (2009, p. 347-348), o racionalismo kantiano e o princípio de justiça:

[...] deixariam em segundo plano os aspectos de conteúdo envolvidos nos juízos e nas ações morais, desconsiderando os fatores concretos envolvidos, como os afetos, os valores, os conceitos, as representações do sujeito e a cultura, no momento de decisões, justificativas morais e atribuições de valor aos comportamentos e aos pensamentos, o que, de certo modo, artificializa o conceito de moral.

Ainda assim, embora Campbell e Christopher (1996) reconheçam que Gilligan (1982) critique o racionalismo da teoria de Kohlberg e seus fundamentos e tenha despertado a atenção para uma moralidade do cuidado, eles ressaltam que a autora não rompeu completamente “com as bases epistemológicas da psicologia do desenvolvimento, deixando de questionar os fundamentos que levaram os autores por ela mesma criticados a uma limitação do campo da moralidade” (MONTENEGRO, 2003, p. 499).

Como resultado disso, sem incluir as demais variáveis responsáveis pela diversidade de posturas morais, tem-se a perpetuação de uma série de binarismos: como razão *versus* emoção, justiça *versus* cuidado, Eu conectado *versus* Eu separado, principialismo *versus* contextualismo, autonomia *versus* dependência, “só que agora valorizando o cuidado em benefício das mulheres. A dicotomia não foi alterada porque não houve questionamento de seus fundamentos” (MONTENEGRO, 2003, p. 500).

Não obstante, Gilligan (1982) desenvolve seu trabalho dentro de outro princípio que sustenta esse paradigma que, controversamente, ela critica: o estruturalismo. Como ressalta Arantes (2000, p. 140), “apesar de questionar o formalismo e impersonalismo da teoria de Kohlberg, bem como o princípio da ‘ética da justiça’, Gilligan não questionou a interpretação estruturalista do desenvolvimento moral por estágios”. Como também já mencionado, em *Uma voz diferente* estão esboçados níveis e estágios de um modelo de desenvolvimento da Ética do Cuidado, como alternativa ao modelo de Ética da Justiça de Kohlberg (1992).

Ainda na crítica de que Gilligan não rompe totalmente com as bases epistemológicas modernas, contudo, é importante considerar a análise de Susan Hekman (1995), que nos fornece uma outra visão sobre essa crítica ao trabalho de Gilligan. Em análise do livro de 1982 de Gilligan e de publicações anteriores e seguintes da autora, Hekman (1995, p. 32, tradução nossa) admite que, em vários momentos, “em seus primeiros trabalhos Gilligan parece estar continuando a busca por uma teoria moral verdadeira” e que “Gilligan frequentemente recua de uma rejeição total da teoria moral contemporânea; ela afirma que quer reformar em vez de reconstituí-la” (p. 09, tradução nossa).

No entanto, Hekman (1995, p. 09, tradução nossa) contra-argumenta que “seus [de Gilligan] conceitos de domínio moral e sujeito moral são incompatíveis com a definição de moralidade encontrada na teoria moral modernista; portanto, ela não pode adicionar a voz diferente a essa teoria”. E que, em publicações seguintes e mais recentes, Gilligan abandona esse objetivo que anuncia em 1982, revisando seus posicionamentos.

Segundo Hekman (1995), Gilligan não define seu projeto em termos de uma desconstrução do racionalismo e universalismo da teoria moral moder-

nista (com o sujeito moral autolegisador de Kant como seu principal representante), mas que seu trabalho contribui significativamente para essa desconstrução, em direção a concepções que enfatizam a particularidade e a concretude: “suas descobertas levaram-na a uma compreensão do desenvolvimento de vozes morais que solapam os próprios fundamentos da teoria moral modernista” (HEKMAN, 1995, p. 3, tradução minha).

Assim, Hekman (1995) advoga sobre duas formas diferentes de se ler (e interpretar) o trabalho de Gilligan. A primeira leitura, que se pode extrair de seus primeiros trabalhos, é inovadora, mas não se afasta de suas raízes modernistas: “ela parece estar propondo uma correção à visão incompleta, errônea e tendenciosa do *self* proposta pelos teóricos masculinistas [Kant, Piaget, Kohlberg, etc.]” (HEKMAN, 1995, p. 06, tradução minha).

A segunda leitura, no entanto, é mais radical. Ao contrário do que diz a primeira leitura, de que as *Ética da Justiça* e *Ética do Cuidado* são *complementares*, essa segunda leitura, que é a que Hekman (1995, p. 25, tradução nossa) realiza, compreende a abordagem de Gilligan (1982) para o estudo do desenvolvimento moral como *incompatível* com a perspectiva que critica:

[...] embora Gilligan continue a afirmar que está meramente adicionando outra ‘voz’ à teoria moral existente, argumento que, em um sentido epistemológico, esta não é uma descrição adequada da importância teórica de seu trabalho. [...] os elementos de uma abordagem radicalmente diferente da teoria moral estão, no entanto, presentes em sua obra. [...] a pesquisa de Gilligan sobre a voz diferente faz muito mais do que reformar a tradição moral dominante do pensamento ocidental; ela a transforma radicalmente.

Hekman (1995) é uma autora feminista de orientação teórica pós-moderna. Autoras como ela têm salientado que, apesar das críticas ao seu trabalho visitadas até aqui, principalmente a crítica de que ela não rompe com o modernismo como deveria, as ideias de Gilligan não devem ser descartadas, sendo

muito potenciais para basear um projeto emancipatório feminista, desde que revisadas e aprofundadas. E é nesse sentido que Hekman (1995, p. 159, tradução nossa) propõe a desconstrução da teoria moral modernista e, em seu lugar, reivindica sua própria abordagem, que ela chama de “reconstrução discursiva da moralidade”, caracterizando-a teoricamente da seguinte forma: “[minha abordagem não é] nem relacional, feminista, pós-moderna, nem um produto de teorias de raça e etnia, mas toma emprestado de cada um desses discursos” (p. 109, tradução nossa).

Por último, em continuação às críticas da Psicologia do Desenvolvimento Moral ao trabalho de Gilligan, mas agora de autoria daqueles(as) que trabalham dentro das bases epistemológicas tradicionais desse campo, a crítica mais difundida é a de que não há dados empíricos suficientes para atestar a hipótese gilliginiana de uma Ética do Cuidado (WALKER, 1984). Esses(as) autores(as) seguem o posicionamento inicial de Kohlberg (1982, p. 519, tradução nossa) que, num primeiro momento, rejeitou a hipótese de Gilligan: “minha leitura da literatura de pesquisa disponível não apoia que o raciocínio sobre justiça difere acen-tuadamente entre os sexos, nem sugere que os princípios da justiça são invenções masculinas”.

Dado o exposto, cabe ressaltar os posicionamentos seguintes de Gilligan a tais críticas tecidas ao trabalho de seu livro de 1982 e as revisões que fez em relação às suas ideias iniciais contidas nesse livro.

Quanto às suas ideias sugerirem um essencialismo identitário, desde seu livro de 1982, Gilligan (1982) deixou anunciado logo na introdução que a orientação moral ao cuidado que encontra é identificada não por gênero, mas por tema. A Ética do Cuidado representa apenas uma maneira diferente de se res-

ponder a problemas morais e sua associação às mulheres é uma constatação empírica, “não é absoluta, e os contrastes entre as vozes femininas e masculinas são apresentados [...] para aclarar uma distinção entre dois modos de pensar e focalizar um problema de interpretação mais do que representar uma generalização sobre ambos os sexos” (GILLIGAN, 1982, p. 12).

A manifestação mais recente de Gilligan sobre essa crítica pode ser vista na entrevista que nos concedeu por ocasião do Dossiê “40 anos de ‘Uma voz diferente’: contribuições, desdobramentos e o legado das ideias de Carol Gilligan (1936-)”, que este artigo também faz parte, em que ela diz:

[...] em parte sou responsável pela confusão que surgiu ao juntar a palavra ‘diferente’ com a palavra ‘mulher’ no título do meu livro de 1982 [...] e do artigo de 1977 que o precedeu. Isso fomentou a suposição de que a voz diferente era a voz de uma mulher. [...] na época em que escrevi, era difícil não a ouvir como tal porque a ‘voz diferente’ era uma voz que conectava o pensamento com a emoção e o self com os relacionamentos, e tanto as emoções como os relacionamentos eram considerados ‘femininos’ e pensados para comprometer as qualidades ‘masculinas’ da razão e do self (SILVA; GILLIGAN, 2022, p. 15).

Em trabalho seguinte a *Uma voz diferente*, Gilligan e Attanucci (1988) colocam em xeque as relações entre as orientações morais (cuidado e justiça) e o gênero, reforçando as teses de que: a) o cuidado e a justiça são dimensões da moral tanto no mundo público quanto no mundo privado; b) homens e mulheres usam as duas orientações, no entanto homens orientam-se mais pela justiça e mulheres mais pelo cuidado.

Ainda nessa entrevista, quando questionamos sobre seu fundamento na leitura da Psicanálise de Chodorow (1991), Gilligan diz que “apresento seu [de Chodorow] trabalho como uma tentativa de explicar [...] ‘a reprodução, dentro de cada geração, de certas diferenças gerais e quase universais que caracterizam a personalidade e os papéis masculinos e femininos’” (SILVA; GILLIGAN, 2022, p. 17). Assim, para ela, essa fundamentação não a leva ao determinismo

psicológico, mas que enfatiza que o cuidado é atribuído histórica e culturalmente às mulheres e que essa atribuição deixa resquícios psicológicos em sua identidade: “Isso me parece o oposto de um argumento essencialista” (p. 17).

Na entrevista, também a questionamos sobre não ter rompido com o estruturalismo da teoria de Kohlberg e qual seu posicionamento quanto ao estruturalismo naquela época e hoje: “no livro *Uma voz diferente* você descreveu estágios de desenvolvimento. Porém, [...] hoje parece que este assunto ficou para trás, como uma possível continuação de *Uma voz diferente* e que não teve continuidade”, no que nos respondeu:

É verdade: quando escrevi *I a Different Voice*, ainda estava pensando em termos da teoria do estágio estrutural de Piaget e Kohlberg [...]. Isso foi antes de eu perceber que a própria teoria do desenvolvimento estava enquadrada em um conjunto particular de suposições culturais. A chave para a mudança a que você se refere veio dos estudos sobre o desenvolvimento de meninas que iniciei seguindo *In a Different Voice* (a pesquisa do “10 year Harvard Project on Women’s Psychology and Girls’ Development” (SILVA; GILLIGAN, 2022, p. 11, grifos dos autores).

Hekman (1995, p. 11, tradução nossa) pontua essa mudança de paradigma na análise que fez do trabalho de Gilligan com meninas adolescentes, no referido *Harvard Project* de 10 anos que sucedeu *Uma voz diferente*: ela “desafia os pressupostos fundamentais da teoria do desenvolvimento e, em última análise, o pressuposto do próprio progresso linear”. Nessas pesquisas,

[...] Gilligan define a adolescência como um ‘divisor de águas no desenvolvimento feminino’, um momento decisivo no desenvolvimento do *self*. [...] Gilligan gradualmente veio a definir *essa transição como uma regressão, em vez de uma progressão*. Isso a levou não apenas a articular uma nova teoria do desenvolvimento feminino, mas a questionar o conceito normativo e linear de desenvolvimento que fundamenta a teoria do desenvolvimento moral tradicional (p. 11-12, tradução nossa, grifos nossos).

Quanto à crítica de que não há dados suficientes para validar sua hipótese de Ética do Cuidado, Gilligan publicou, em 1986, o texto *Reply by Carol*

Gilligan, que sintetiza suas réplicas a tal crítica. Gilligan (1986, p. 326, tradução minha) responde que seu argumento “não foi estatístico, ou seja, não se baseou na representatividade das mulheres ou na generalização dos dados a uma população maior. Em vez disso, foi interpretativo e articulado na demonstração de que os exemplos apresentados ilustravam uma maneira diferente de ver”.

Embora Gilligan não seja uma autora pós-moderna, Hekman (1995) a interpreta no sentido de que suas ideias dão condições para tal, expandindo-as nessa direção, logo, “minha tese é que todo o teor da obra de Gilligan leva à conclusão de que devemos parar de tentar ‘acertar’ na teoria moral e, em vez disso, explorar a constituição e a interação de múltiplas vozes morais” (p. 32, tradução minha). No tópico a seguir, ressaltamos alguns pontos de sua teoria a serem revisados com base na visão feminista pós-estruturalista.

#### **Necessidade de revisão e expansão das ideias gilliginianas desde perspectivas feministas contemporâneas**

Enquanto, em poucas palavras, o livro de Susan Hekman (1995), *Moral voices, moral selves: Carol Gilligan and feminist moral theory*, pode ser referido como uma releitura e expansão pós-moderna do trabalho de Carol Gilligan, nossa proposta aqui é outra. Procuramos ressaltar a 1) necessidade de se revisar algumas de suas proposições, então questionadas por essas teorizações feministas pós-estruturalistas, assim como de nos 2) aprofundarmos e expandirmos suas críticas à produção do conhecimento.

Ao invés de propor uma desconstrução da teoria moral modernista inspirada nas ideias fornecidas pelo trabalho de Gilligan (1982), que é o que Hekman (1995) faz, neste momento do texto elegeremos alguns pontos da obra de Gilligan que a ligam a essa teoria moral modernista e os questionaremos com

base na literatura feminista pós-estruturalista. São eles: racionalismo, estruturalismo e universalismo, binarismos e essencialismo.

Zirbel (2016) ressalta que Gilligan não chegou a enfrentar suficientemente o sistema de gênero, suas estruturas desiguais de poder e suas transversalidades (raça, classe, etnia, orientação sexual etc.). Para fazê-lo,

seria necessário repensar os estereótipos que organizam a humanidade e a sociedade em pólos opostos (homens e mulheres, público e privado, Estado e sociedade civil etc.), repensar a relação do cuidado com a justiça e a autonomia, redistribuir as atividades de cuidado e repensar políticas públicas (ZIRBEL, 2016, p. 64).

Seyla Benhabib (1987) vai mais a fundo na revisão das bases filosóficas e políticas das teorias morais tendo a obra de Gilligan como ponto de partida e debate. Para ela, os estudos de Gilligan são os elementos empíricos e os desencadeadores dessa rediscussão no campo da moralidade empreende uma crítica feminista dessas bases epistemológicas da ciência moderna e no modo inserir o debate público e superar dicotomias. Para ela uma crítica feminista deve considerar o sistema gênero-sexo como a) uma construção simbólica sócio-histórica; b) como interpretação das diferenças anatômicas dos sexos (presença do individual, como experiência vivida pelo sujeito – identidade corpórea–, e do coletivo, das produções culturais sobre as diferenças entre os sexos). Além disso, deve ter como tarefa revelar a opressão e a exploração da(s) mulher(es).

Para Benhabib (1987), as conclusões das teorias morais universalistas dicotomizam a moral em dois domínios: o domínio pessoal e o domínio público. Desse modo, somente o homem tem maiores condições de realizar juízos morais sobre questões mais amplas (do direito e da justiça) e que envolvem o todo social. Já a mulher estaria destinada a elaborar juízos morais no plano pessoal ou da vida doméstica, isto é, sobre aquilo que é mais próximo à sua realidade concreta (relações de amizade, parentesco, sexo).

A cisão de público e privado, relegando a mulher ao domínio desse último, restringe o que é "moral" ao público, exigindo uma concepção de sujeito como um "ser racional habilitado aos mesmos direitos e deveres que gostaríamos de atribuir a nós mesmos" (BENHABIB, 1987, p. 97). A individualidade, os desejos, necessidades concretas e afetos não têm lugar nesse projeto modernista de sujeito kantiano: autônomo e pleno de sua racionalidade. É o que temos em comum que pode ser considerado válido moralmente nessa perspectiva, e não aquilo que nos diferencia dos outros.

A noção de Eu nas teorias morais universalistas o reduzem ele a um ser descolado de si mesmo (desencarnado), abstrato, com uma identidade que o define como ser de ação, de potencial de escolha. Deixa-se de lado nessa perspectiva o contexto das escolhas, ou seja, as identidades corpórea, familiar, linguística, de gênero, racial e cultural, como também ressalta Hekman (1995). Para Benhabib (1987, p. 100) não é possível abolir a ideia de que "o Eu não é uma coisa, um substrato, mas o protagonista na história da vida".

A Ética da Justiça, valorizada pelas teorias morais universalistas, refere-se ao outro generalizado e estabelece condições para o juízo e ação moral (perspectiva deontica). Nas situações-dilema, são relevantes o direito e a orientação moral por princípios de igualdade e justiça. A Ética do Cuidado já tem como princípio as necessidades do outro concreto, isto é, visa a aproximar da intimidade do outro e de cuidar.

Benhabib (1987) sugere que o outro concreto é um recurso crítico às ideologias presentes no outro generalizado. O primeiro não anula e nem substitui o segundo, mesmo porque o outro generalizado é fundamental para as decisões morais modernas. Ela afirma a necessidade de superação dessa visão dicotômica ao se rever os pressupostos de gênero implícitos e o conceito moral em que ela é

produzida. O outro concreto “significa o não pensado, o não visto, e o não ouvido” nas teorias morais universalistas.

Na proposta de Benhabib (1987), pretende-se abarcar essas possibilidades numa perspectiva de um eu relacional, que considera que o Eu só é possível a partir da aproximação entre o outro concreto e o outro generalizado, sem negações, buscando-se uma visão mais integrada do ser humano diante de situações e problemas morais, rompendo com as perspectivas moderna de ciência, a qual foi, essa é a visão moderna de ciência, a qual foi forjada:

[...] pela negação dos hibridismos e a produção de práticas de purificação dos fatos. Ademais, prevalece o discurso de uma racionalidade cartesiana de distinção e dissecação dos fenômenos, isolando-os do contexto de significação e impondo uma interpretação desde uma única perspectiva. O crédito da conquista de se chegar à Verdade é dado ao sujeito cognoscente, centrado no Homem (homem-humano) que domina a racionalidade, é consciente e tem autonomia para agir. A esse sujeito é dado, ainda, o direito de impor o seu modo conhecer. Seu modelo passa a ser valorizado, copiado, repetido, subjugando outros alternativos e ocupando o topo na hierarquia de condições de possibilidades de existir mais que esses outros (LEMOS DE SOUZA, 2017, p. 21-22).

As teorizações feministas com base no paradigma pós-moderno logo dominaram os Estudos Feministas e de Gênero, com potencial crítico ainda maior que das feministas negras quanto a discursos universalizantes acerca da mulher. Com isso, pode-se dizer que a episteme feminista pós-moderna, gerada a partir daí, é característica à terceira onda. As pioneiras nessas teorizações foram as autoras feministas Julia Kristeva, Luce Irigaray, e Hélène Cixous, principalmente influenciadas pelo pensamento pós-estruturalista de Michel Foucault e por outros(as) autores(as) e leituras.

O rompimento com o outro generalizado, portanto abstrato e universal, dialoga com as perspectivas feministas contemporâneas e interseccionais no sentido de produzir uma crítica a modelos que não dão visibilidade aos processos

de singularização e de opressão vividos pelas mulheres quando se intersecciona classe, cor, gênero, sexualidade, deficiência, por exemplo.

Ao trazer o debate das experiências e do outro concreto (integrando o outro generalizado como ponto de partida para o debate público e da ética) busca criar mais integrações dessas dimensões que muitas vezes se reverberam na perspectiva cindida nos trabalhos que evidenciam as diferenças como essencializadas. O trabalho de Gilligan tem o mérito de trazer à tona o debate sobre a ampliação desse debate a partir de dados empíricos, trazendo para os feminismos contemporâneos o substrato de para suas próprias revisões a respeito do sujeito dos feminismos (BUTLER, 1998) e os modos de produzir conhecimento.

### **Considerações finais**

A partir de nossa análise de *Uma voz diferente*, ora exposta, e de outras análises que subsidiaram o presente artigo, referenciadas ao longo do texto, pudemos identificar que Gilligan (1982), em seu livro, ensaia um rompimento com as bases epistemológicas da Psicologia do Desenvolvimento Moral, mas que ainda assim estava vinculada a algumas delas. Como a própria Gilligan menciona em publicações recentes, e como Hekman (1995) também constata, ela pareceu abandonar de vez, levando-a a uma compreensão mais pós-estruturalista do que estruturalista sobre o desenvolvimento moral.

Hekman (1995, p. 11, tradução nossa, grifos nossos) entende que Gilligan vinha da Psicologia Moral tradicional e que seu pensamento na época ainda estava sendo desenvolvido,

O conceito de desenvolvimento como uma progressão linear ascendente para formas melhores é constitutivo do discurso dominante do desenvolvimento moral. Gilligan foi totalmente treinado nesse discurso

por ninguém menos que o próprio Kohlberg. *Não deveria ser surpresa, então, que pelo menos em seus primeiros trabalhos Gilligan tenta aplicar o conceito de desenvolvimento linear em sua análise da ética do cuidado.*

Na entrevista concedida ao referido Dossiê que este artigo também integra, quando a questionamos por que pesquisadores da moralidade criticam seu trabalho alegando falta de evidências empíricas: “A que você atribui essa crítica?”, ela nos respondeu:

*Atribuo essa crítica a uma tentativa de assimilar meu trabalho à própria estrutura que ele questiona. E eu realmente acho que essa estrutura era, até recentemente, e ainda continua a ser, de certa forma, a estrutura aceita para se pensar a psicologia. Dentro dessa estrutura (não mais vista como uma estrutura), as questões mais interessantes são: 1: as mulheres são iguais ou diferentes dos homens (sustentando assim o binarismo de gênero) e 2: se as mulheres são diferentes dos homens, quem é melhor? (sustentando assim a hierarquia de gênero). Com o Projeto de Harvard de dez anos conectando a psicologia das mulheres com o desenvolvimento das meninas (em vez de comparar mulheres com homens) [...], perdi o interesse em ambas as questões acima (SILVA; GILLIGAN, 2022, p. 17).*

Podemos descrever nossa proposta e contribuição com este artigo tal como Hekman (1995, p. 21, tradução nossa) descreve sua análise: “exploro a importância do trabalho de Gilligan, tornando explícito o que está apenas implícito em seus estudos [...]. Outra forma de colocar isso é dizer que estou retomando de onde Gilligan parou, explorando temas que ela sugere, mas não prossegue”. Nesse sentido, salientamos que embora Gilligan não seja uma autora pós-moderna, não tenha se fundamentado no pós-estruturalismo em 1982, e nem hoje se fundamente, desde lá (1982), e principalmente agora, suas ideias são coerentes e dão abertura para serem interpretadas e expandidas nesse sentido.

Considerando as duas leituras possíveis do trabalho de Gilligan descritas por Hekman (1995), a primeira que busca apenas corrigir e a segunda que buscar romper, de fato, com a teoria moral modernista, compartilhamos da tese de Hekman de que a Gilligan de hoje está mais perto da segunda leitura do que

a Gilligan de 1982 esteve. Essa segunda leitura, portanto, coloca-a próxima ao que diz a revisão feminista pós-estruturalista e interseccional, que aqui apresentamos, de suas ideias lançadas em seu livro de 1982.

### Referências

ARANTES, V. A. Cognição, afetividade e moralidade. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 137-153, 2000.

BAGAGLI, B. P. *Cisgênero nos discursos feministas: uma palavra tão defendida; tão atacada; tão pouco entendida*. Campinas: UNICAMP/IEL, 2015.

BENHABIB, S. Outro generalizado e outro concreto. In: BENHABIB, S.; CORNELL, D. *O feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 87-106.

BRABO, T. S. A. M. Movimentos sociais e educação: feminismo e equidade de gênero. In: DAL RI, N. M.; BRABO, T. S. A. M. (Orgs.). *Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 109-128.

BRAUNSTEIN, H. R. *Ética do cuidado: das instituições de cuidado e pseudo cuidado*. 219 f. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

CAMPBELL, R. L.; CHRISTOPHER, J. C. Moral development theory: a critique of this kantian presuppositions. *Development Review*, v. 16, n. 1, p. 1-47, 1996.

CARVALHO, M. P. de. *No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais*. São Paulo: Xamã, 1999.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *Legal Forum*, University of Chicago, p. 139-167, 1989.

- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FLEMING, J. S. *Piaget, Kohlberg, Gilligan, and others on moral development*. p. 1-24, 2006.
- FRANZI, J.; ARAÚJO, U. F. de. Novos aportes na psicologia moral: a perspectiva da teoria dos modelos organizadores do pensamento. *Revista NUPEM*, v. 5, n. 8, p. 53-67, 2013.
- GILLIGAN, C. In a different voice: women's conceptions of self and of morality. *Harvard Educational Review*, v. 47, n. 4, p. 481-517, 1977.
- GILLIGAN, C. *Uma voz diferente: psicologia da diferença entre homens e mulheres da infância à idade adulta*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.
- GILLIGAN, C. Remembering Larry. *Journal of Moral Education*, p. 27, n. 2, p. 125-140, 1998.
- GILLIGAN, C. Reply by Carol Gilligan. *Signs*, v. 11, n. 2, p. 324-333, 1986.
- GILLIGAN, C. Moral injury and the ethic of care: reframing the conversation about differences. *Journal of Social Philosophy*, v. 45, n. 1, p. 89-106, 2014.
- GILLIGAN, C. Revisiting "In a Different Voice". *NYU Review of Law & Social Change*, v. 39, p. 19-28, 2015.
- GILLIGAN, C.; ATTANUCCI, J. Two moral orientations: gender differences and similarities. *Merrill-Palmer Quarterly*, v. 34, n. 3, p. 223-237, 1988.
- GILLIGAN, C.; KOHLBERG, L. From adolescence to adulthood: the recovery of reality in a postconventional world. In: PRESSEISEN, B. Z.; GOLDSTEIN, D.; APPEL, M. H. (Orgs.). *Language and operational thought: topics in cognitive development*. Boston: Plenum Press, 1978. p. 125-136.
- HEKMAN, S. *Moral voices, moral selves: Carol Gilligan and feminist moral theory*. Pensilvânia, Penn State University Press, 1995.
- JORGENSEN, G. Kohlberg and Gilligan: duet or duel?. *Journal of Moral Education*, v. 35, n. 2, 179-196, 2006.

KOHLBERG, L. A reply to Owen Flanagan and some comments on the Puka-Goodpaster exchange. *Ethics*, v. 92, n. 3, p. 513-528, 1982.

KOHLBERG, L. *The psychology of moral development: the nature and validity of moral stages*. San Francisco: Harper & Row, 1984. *Essays on moral development: v. II*.

KOHLBERG, L. *Psicologia del desarrollo moral*. Bilbao: Editorial Desclée de Brower, 1992.

KOHLBERG, L.; GILLIGAN, C. The adolescent as a philosopher: the discovery of the self in a postconventional world. *Daedalus*, v. 100, n. 4, p. 1051-1086, 1971.

LA TAILLE, Y. de. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, v. 19, n. 1, p. 09-17, 2006.

LEMOS DE SOUZA, L. *Epistemes feministas e a psicologia do desenvolvimento: percursos na pesquisa sobre gêneros, sexualidades e juventudes*. 2017. 144 f. Tese (Livre-Docência em Psicologia do Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Letras (FCL), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis, 2017.

LEMOS DE SOUZA, L; VASCONCELOS, M. S. Juízo e ação moral: desafios teóricos em psicologia. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 343-352, 2009.

MONTENEGRO, T. Diferenças de gênero e desenvolvimento moral das mulheres. *Estudos Feministas*, v. 11, n. 2, p. 493-508, 2003.

NOGUEIRA, C. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

OLIVEIRA, J. M. de. Prefácio. In: NOGUEIRA, Conceição. *Interseccionalidade e psicologia feminista*. Salvador: Devires, 2017.

PIAGET, J. *O juízo moral na criança*. São Paulo: Summus, 1994. (Publicado originalmente em 1932).

RIBEIRO, A. de S.; PÁTARO, R. F. Reflexões sobre o sexismo a partir do cotidiano escolar. *Revista Educação e Linguagens*, v. 4, n. 6, p. 156-175, 2015.

SHARPE, V. A. Justice and care: the implications of the Kohlberg-Gilligan debate for medical ethics. *Theoretical medicine*, v. 13, p. 295-318, 1992.

SILVA, M. E. F. da. Carol Gilligan e a ética do cuidado na produção de pesquisa em Psicologia do Desenvolvimento Moral de três Programas de Pós-Graduação stricto sensu (2008-2019). *Schème – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, v. 12, n. 1, p. 166-204, 2020.

SILVA, M. E. F. da. Afinal, o que foi o debate Kohlberg-Gilligan?. *Schème – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, v. 13, n. 1, p. 4-40, 2021.

SILVA, M. E. F. da. A crítica de Carol Gilligan ao androcentrismo e sexismo na psicologia e na produção científica. *Revista do Instituto de Políticas Públicas de Marília*, v. 8, n. esp., p. 67-86, 2022.

SILVA, M. E. F. da.; MIGUEL, P. C.; BATAGLIA, P. U. R. O desenvolvimento moral segundo Carol Gilligan: uma possibilidade para o estudo da moralidade na pesquisa educacional e nas práticas escolares. In: LEPRE, R. M.; ARRUDA, A. C. J. Z. de; BATAGLIA, P. U. R.; ALVES, C. P. (Org.). *Desenvolvimento moral e educação em valores: estudos e pesquisas*. Bauru: Gradus Editora, 2021. p. 59-80.

SILVA, M. E. F. da.; GILLIGAN, C. 40 anos de “Uma voz diferente”: entrevista com Carol Gilligan. *Schème – Revista Eletrônica de Psicologia e Epistemologia Genéticas*, v. 14, n. esp., p. 1-23, 2022.

SKOE, E. E. A. *The Ethic of Care Interview manual*. Não-publicado. Universidade de Oslo, Noruega, 1993. 25p.

WALKER, L. J. Sex differences in the development of moral reasoning: a critical review. *Child Development*, v. 55, n. 3, p. 677-691, 1984.

WALKER, L. J. A longitudinal study of moral reasoning. *Child Development*, v. 60, n. 1, p. 157-166, 1989.

ZIRBEL, I. *Uma teoria político-feminista do cuidado*. 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2016.

Recebido: 01/12/2021

Aprovado: 07/03/2022